



Mão-de-obra - Brasil  
 Pesquisa de Trabalho - Brasil  
 Brasil - ocupações



1290001070



IE

TCC/UNICAMP D619e

EMPREGO E MÃO DE OBRA NA ECONOMIA BRASILEIRA

IZA DINUCCI

ORIENTADOR: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

BANCA: José Waldir de Quadros

200332423

Trabalho de Monografia  
 apresentado junto ao Instituto  
 de Economia da Universidade  
 Estadual de Campinas - UNICAMP.

Campinas  
 Junho de 1990

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
 INSTITUTO DE ECONOMIA  
 UNICAMP



## INDICE

CAPÍTULO 1.....	PAG. 2
CAPÍTULO 2.....	PAG. 24
APÊNDICE.....	PAG. 45
TABELAS.....	PAG. 52
BIBLIOGRAFIA.....	PAG. 67



UNICAMP

## CAPITULO 1

"Um levantamento das raízes do problema"



## I. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A América Latina é uma região subdesenvolvida e conhecida por fazer parte dos países chamados do terceiro mundo, sendo que para os organismos internacionais é vista em vias de desenvolvimento. Como uma região subdesenvolvida apresenta características comum entre os países nela participantes. Os problemas mais gerais também podem ser vistos como comum entre elas e são facilmente perceptíveis, entre eles:

- dependência do setor externo
- renda per capita baixa
- má distribuição da renda
- grau de endividamento elevado
- desemprego não friccional.

Observa-se portanto, que muitos problemas vêm a colocar entraves impossibilitando um crescimento "sadio" desses países. Segundo João Manuel Cardoso de Mello estes problemas decorrem de uma industrialização tardia para alguns países como é o caso do Brasil, e poderíamos acrescentar, da não industrialização de alguns como é o caso da Bolívia, Peru, Paraguai entre outros.

A preocupação com o desenvolvimento desses países tornou-se gradativamente maior, sendo que na década de 40 formou-se a CEPAL (Conselho Econômico para a América Latina) com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas). O objetivo era de entender as razões que impediam o desenvolvimento dos países latino americanos e apresentar um caminho para o crescimento econômico.



Assim, começou-se a agregar-se a CEPAL vários estudiosos da problemática latino americana. Dessa forma nasceu o que poderíamos dizer uma linha de pensamento econômico denominada cepalista. No próximo ponto desse capítulo, faremos uma breve revisão da evolução de obras significativas da escola cepalista com seus principais teóricos.

Da gama de características apresentadas acima, nos deteremos a compreender melhor o problema da absorção de mão de obra em um país determinado, o Brasil. Veremos que o desenvolvimento brasileiro ocorrido entre 1950 a 1980, ( diga-se, antecipadamente , em sua magnitude, ímpar em toda América Latina), veio a derrubar muitos dos pressupostos levantados pela CEPAL.

Diante dessa evidência novos estudiosos vêm abrindo diferentes rumos para que o Brasil possa entrar no caminho dos países do primeiro mundo, superando os entraves sem sacrifícios demasiados à população.

Nos deparamos então, com um Brasil que alcançou níveis recordes de desenvolvimento nas três últimas décadas tornando-se o país com o oitavo maior PIB do mundo, mas o último em distribuição desigualitária da renda. Um país que durante duas décadas conseguiu montar um parque industrial competitivo a níveis internacionais, mas para tal legou à 60%(1) dos trabalhadores viver com menos de dois salários mínimos.

Entender a magnitude dessas diferenças implica em analisar a questão do emprego nessa economia. Sabemos que numa economia capitalista, o trabalhador sendo expropriado de seus meios de produção, não resta a ele outra alternativa para sua sobrevivência senão vender a única coisa que possui: sua força



de trabalho. Portanto, ceder às condições impostas pelo sistema. Veremos as transformações ocorridas num Brasil agrário exportador até 1950 onde o centro dinâmico eram os países industrializados; para um Brasil concorrente no mercado internacional em produtos industriais junto aos países industrializados mais desenvolvidos nos anos 70 e 80.

As transformações na estrutura ocupacional não poderiam passar despercebidas e são relevantes para ter uma melhor compreensão da realidade que hoje nos cerca. A questão do emprego será o objeto em nossa análise.

No presente capítulo mostraremos a magnitude dessas mudanças na estrutura ocupacional e como esta afeta diretamente na questão da marginalidade no mercado de trabalho urbano e na evidência de pobreza e miséria encontradas nas cidades em decorrência dessas mudanças aceleradas.

Partiremos agora para um breve resumo do pensamento cepalina e em seguida analisaremos a evolução na economia brasileira nas últimas três décadas.

## II. A INTERPRETAÇÃO CEPALISTA DO EMPREGO

O primeiro autor a tratar da mão de obra excedente dentro da teoria clássica foi LEWIS. Sabe-se que segundo os clássicos o desemprego é friccional e os salários são determinados pela oferta entre mão de obra e emprego. LEWIS será o primeiro a admitir existência de mão de obra excedente, para ele o problema das economias atrasadas é a ineficiência da auto geração de capitais para financiar a expansão capitalista. Dessa forma diante do aumento de produtividade do mesmo, o setor industrial



não tem como absorver , toda a mão de obra que egressa do setor de subsistência (no caso brasileiro o rural), pois não haverá aumento de capital que seja suficiente para financiar o setor capitalista de produção. O problema para ele em poucas palavras era a falta de poupança interna. Percebe-se que essa é uma visão muito pobre de toda a problemática que envolve a América Latina. Nesse contexto surge a CEPAL como já foi explicado acima.

Saiba-se que os primeiros estudos, em geral, tratavam dos problemas como um todo e deles retiramos aquilo que trata diretamente do emprego.

Dos primeiros estudos já dentro da CEPAL trata das perdas nos termos de troca e PREBISCH é o principal expositor.

Por meio de estudos empíricos ele observa que através dos anos com o passar da hegemonia inglesa para a americana houve uma grande queda das exportações dos países em desenvolvimento. Para que possa haver desenvolvimento segundo ele, é necessário que as exportações se equilibrem com as importações. E que o aumento da renda per capita, por meio de um aumento na produtividade, seja maior que o crescimento populacional. Essas condições não são verificadas na América Latina. A necessidade crescente de importações para que haja aumento de produtividade impede o crescimento real da renda. Assim, a população latino americana é legada a perdas constantes na renda. Para que essa situação não ocorra e assim haja condições de trabalho e subsistência é de vital importância que os países desenvolvidos se industrializem. Essa contribuição de PREBISCH , a necessidade de industrialização, passa a ser o ponto comum de todas as demais contribuições que veremos ao longo o da nossa caminhada. Em



resumo, ele via a indústria como o pólo dinâmico capaz de resolver os desequilíbrios existente na América Latina entre eles o de mão de obra excedente.

Desequilíbrios estes que também se manifestam na balança de pagamentos. As importações sempre são excedentes em relação as importações. A perda nos meios de troca não permitem nunca que as exportações sejam superiores as importações; quando isso acontece a renda cai devido ao aumento constante da população (outro problema crônico na América Latina).

Dessa análise podemos tomar como certo a necessidade de industrialização para não perder no mercado internacional. Verificaremos, no caso brasileiro, que a indústria tornou-se o pólo dinâmico, mas não foi capaz de acabar ao contrário, intensificou-se os problemas já existentes. Na visão de ANÍBAL PINTO os problemas estruturais se agravaram devido ao que ele chama de modelo inadequado de bens de consumo duráveis. ANÍBAL via também a indústria como um pólo dinâmico na geração de emprego e realmente é isso que se verificou na América Latina particularmente os novos setores industriais. FAJNZYLBER, outros desses estudiosos, verifica empiricamente e observa que durante 1950 e 1960 os setores mais dinâmicos foram o metal mecânico e a indústria química. Diante dessa evidência, ANÍBAL observa que o problema reside no efeito líquido dessa industrialização, ou seja, apesar do crescimento do emprego nos setores modernos, a perda nos setores tradicionais desalojados é muito maior. Podemos tirar disso que a mão de obra que sai dos setores subdesenvolvidos (consequência do aumento de produtividade) é





muito maior do que a indústria moderna pode absorver. Particularmente no caso brasileiro não foi esse o ocorrido pois até a década de 70 a indústria e o setor terciário a ela atrelado teve uma capacidade de absorção elevada da mão de obra.

O modelo sugerido por ANIBAL PINTO inclui a necessidade de montagem do DI (bens de capital) para que não ocorra o excedente estrutural de mão de obra. Se formos analisar segundo João Manuel Cardoso de Mello, uma verdadeira industrialização só ocorrerá com a implantação do DI, antes dessa etapa o que existe é um mero crescimento industrial.(1)

Conceição Tavares concordando em um primeiro momento com seu mestre Aníbal Pinto, salienta o problema do modelo inadequado onde, devido a concentração da renda, propicia um mercado restrito que não permite uma auto sustentação do crescimento. Observa-se que no caso brasileiro foi justamente isso que ocorreu. Para poder sustentar a demanda por bens de consumo duráveis houve uma redistribuição da renda aumentando a renda de uma parte da população e por sua vez achatando da grande maioria dos assalariados.

A problemática do modelo inadequado foi dominante durante toda a década de 50. O problema residia no fato dos países periféricos terem importando um padrão de consumo igual ao dos países centrais. No caso das economias capitalistas atrasadas o aumento de produtividade ocorre entre países, enquanto que o correto seria ocorrer pela concorrência entre as indústrias internas ao sistema. Disso tudo chegou-se a seguinte conclusão: o excedente de mão de obra seria estrutural e enraizado nos problemas internos. Seriam necessárias reformas profundas

internas ao sistema e para tal uma intervenção política forte.

Após a industrialização em 1950-1960 refutando as conclusões até agora alcançadas cai sobre todos um período de pessimismo muito grande: não haveria condições para crescer pois o problema do estrangulamento externo era impossível de ser resolvido.

Novos pontos de estrangulamento internos à economia são apontados, entre eles : estrutura produtiva, de distribuição da renda, agrária, ocupacional, de consumo entre outras. Nessa nova visão temos em CELSO FURTADO e FAJNZYLBER os melhores trabalhos. Esses dois economistas fizeram uma análise das estruturas em sua totalidade. Eles realmente tentaram apresentar uma alternativa diferente para sair dos problemas estruturais contidos dentro da economia latino americana. Vamos primeiramente passar por Furtado que analisou especificamente a economia brasileira.

Ele propõe uma alteração no perfil estrutural da demanda global através da desconcentração da renda. Propõe também a taxação dos bens de consumo duráveis com o objetivo de diminuir sua demanda (percebe-se que a visão do modelo inadequado de bens de consumo duráveis ainda é bastante presente) e assim diminuir os investimentos nesse setor. Ao mesmo tempo sugere um aumento nos investimentos públicos a fim de empregar mão de obra não especializada aumento assim a renda dos mais miseráveis. Com essa medida esta classe passaria a demandar maior quantidade de bens de consumo não duráveis, basicamente a demanda por alimentos. Com o da demanda nesse setor, Haveria um deslocamento dos investimentos para a indústria de alimentos que exige um grau de tecnologia menor que por sua vez poderia propiciar a ocupação dos



factores ociosos (terra e mão de obra). Outra estratégia apontada para modificar a distribuição da renda seria a taxaçaõ da riqueza e uma elevaçãõ do nível de renda das classes menos privilegiadas que constituem o grosso da população brasileira. Assim, seria possível aos mais pobres consumirem mais, estimulando a indústria alimentícia o qual gera emprego. Com estas estratégias não ocorre a realimentaçãõ da concentraçaõ da renda. Observa-se que a proposta de mudança ocasionaria mudança profunda na estrutura social brasileira. Dessa forma explica-se a necessidade de um governo forte com credibilidade junto ao povo para executar estas mudanças.

Fajnzylber faz uma análise global da América Latina. Sua visãõ se sustenta num padrãõ inadequado de industrializaçaõ. Esse padrãõ é inadequado devido a fragilidade do setor de bens de capital. Essa fragilidade é decorrente da presença das multinacionais dominando o mercado interno à essas economias já frágeis, da baixa capacidade de financiamento do setor privado, ao endividamento externo, etc. O problema da geraçaõ de emprego tem origem nesse padrãõ inadequado. As multinacionais sãõ geradoras de emprego, e não é incentivando a diminuiçaõ da relaçaõ capital/trabalho que se resolve o problema da absorçaõ de mão de obra. Essa era uma idéia cepalina. Até entãõ pensava-se que que o progresso técnico era um entrave para a plena utilizaçaõ dos recursos existentes nas regiões subdesenvolvidas. Conforme dados pesquisados por Fajnzylber, verifica-se o contrário. A indústria metalmeccânica e a química foram as que mais se desenvolveram e criaram novos empregos. Chega-se a conclusãõ que o dinamismo num determinado setor está intimamente ligado ao desenvolvimento e



tem, como consequência, a geração de emprego. O problema da mão de obra vai persistir segundo ele, devido ao que ele denomina caráter trunco da industrialização. Esta não ocorre com abrangência generalizada devido a não expansão plena do setor de bens de capital.

Maria da Conceição Tavares mesmo tendo se desligado da CEPAL, continua apresentando trabalhos que visam questionar hoje desenvolvimento da América Latina. Um deles enfatiza a preocupação com a industrialização avançada em países periféricos. Como modelo desse país encaixa-se muito bem o Brasil que como já vimos, passou por um processo de industrialização avançada da década de 60-70. FAJNZYLBER, concordando com CONCEIÇÃO nos problemas estruturais apontados vê a presença das multinacionais como um dos entraves ao desenvolvimento dos países com industrialização tardia. Ela não concorda porém, com a ênfase que é dada, por ele, às multinacionais como se elas fossem a única responsável pelo atraso nesses países. Para ordenar as idéias ela classifica os problemas estruturais em número de três:

1. A desproporção entre o mercado existente a nível interno e o tamanho da indústria para se adequar aos níveis internacionais é muito grande.

2. Decorrente da primeira, isso implica numa produção não compatível com a estrutura de consumo interna. E esse nível de produção é imposto pela presença das multinacionais.

3. O setor capitalista de produção provoca uma segmentação no mercado de trabalho. O grande contingente populacional que é espulso do campo pela própria força capitalista não encontrará na



cidade emprego no setor capitalista de produção pois esse, já está ocupado. Como consequência há a formação de um mercado de trabalho externo ao desenvolvimento capitalista.

CONCEIÇÃO conclui que para entender a dinâmica dessa heterogeneidade estrutural apontada acima não é possível sem agregá-los às próprias heranças históricas herdadas por cada sociedade. Como dissemos no começo desse capítulo, os problemas enfrentados pela América Latina são gerais, mas cada um tem sua própria particularidade advinda de sua história como é apontado por CONCEIÇÃO. Isso acarretará uma análise particular para cada país. Em nosso caso o Brasil.

Mais um problema apontado por CONCEIÇÃO é a desarticulação macroeconômica entre padrão de salários, padrão de consumo e padrão de produção. Para que um país possa ter um crescimento adequado é necessário que esses três padrões se compatibilizem ou seja, caminhem juntos. Nota-se que para que isso ocorra é necessário um planejamento por parte do governo. Todos os gastos deveriam ser direcionados de forma a direcionar a produção de modo a proporcionar à sociedade um melhor padrão de vida. Percebe-se que esse é um problema grave no caso brasileiro que desde o início da industrialização vem adotando fórmulas de crescimento que deixam às livres forças do desenvolvimento a responsabilidade do social.

Assim terminamos o nosso breve resumo de como tem se desenvolvido a linha de estudo estudos do desenvolvimento latino americano nas últimas quatro décadas. Passemos agora para uma análise do desenvolvimento da indústria brasileira.

### III. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Vamos agora acompanhar como a economia brasileira vem evoluindo nas últimas três décadas. Estudaremos especificamente as mudanças ocorridas na estrutura ocupacional brasileira durante a década de 50 a 80.

Entendemos que só podemos dizer que existe um processo de industrialização quando o setor de bens de capital é instalado em larga escala. Isso vai ocorrer no Brasil somente em 1955, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

João Manuel Cardoso de Mello divide o processo de industrialização brasileira em três fases. Uma primeira fase que vai de 1888 a 1933 onde ocorre a consolidação do capital industrial com os recursos provindos do excedente gerado pela economia cafeeira. A segunda fase transcorre entre 1933 e 1955 onde há um processo de industrialização restrita. Já usamos o termo industrialização porque a indústria passa a ser o setor dinâmico da economia. Isto significa que o capital para a sua realização provém da própria indústria. Porém ela é restrita porque as bases técnicas e financeiras não permite que o setor de bens de produção seja implantado. Será então em 1955 que ocorrerá a terceira fase do processo quando a um só golpe ocorre a implantação maciça do setor de bens de capital. A ação do estado será é decisiva pois dele virão os recursos. Assim, já em 1956 passa a existir segundo João Manuel a industrialização pesada onde o setor de bens de produção propicia um crescimento acelerado da capacidade produtiva permitindo também a implantação

do setor de bens de consumo duráveis.

Esses dois setores têm em sua capacidade um montante muito superior do que o mercado poderia absorver de imediato. Nesse momento começa a entrar capital estrangeiro através da implantação das multinacionais. Definimos então, a década de 50 como aquela onde a indústria passa a ser o setor dinâmico da economia. Determinando assim, as transformações em todos os demais setores.

Estabelecemos até o final da década de 70 como base temporal para o nosso resumo. Entendemos que as seguintes décadas: 50, 60 e 70, têm em comum apresentar índices elevados de crescimento em todos os setores da economia. Por ser um período tão longo não poderia deixar de haver crises durante o seu transcorrer, como uma típica economia capitalista. Ressalta-se porém, que estas nunca vieram a afetar a tendência de taxas crescentes de expansão econômica. Ao contrário, a década de 80 é marcada por um período de desaceleração não só internamente, mas também a nível internacional. Dessa forma, os anos 80 e as transformações ocorridas no mercado de trabalho serão examinadas no segundo capítulo do presente trabalho.

Delimita-se como objetivo principal na presente análise estudar as evoluções ocorridas na economia brasileira junto à população que vive nas cidades. Por isso muitos dos índices apresentados serão referentes às regiões metropolitanas. Estas foram criadas na década de 70 para facilitar os estudos das regiões de maior atração populacional e maior desenvolvimento industrial do país. Para isso foram levantados dados aproximados

de suas características para os anos de 50 e 60 especialmente para nossa análise (Tabela 1). Dentro das regiões metropolitanas estão contidas áreas tidas como rurais. Como nosso objetivo é estritamente restrito às zonas urbanas, ao levantarmos a população excluimos aqueles que eram habitantes da zona rural. As regiões metropolitanas serão portanto, um objeto bem próximo daquele que queremos estudar.

Os índices e números apresentados estão exclusivamente voltados para termos uma visão de como a estrutura ocupacional mudou nas últimas décadas.

Vamos agora ver como veio se modificando o peso dos setores na economia brasileira.

Até 1950 o Brasil era um país essencialmente agrícola. A economia brasileira era dependente da demanda internacional de produtos agrícolas. Isso implica que o centro dinâmico da economia eram os países desenvolvidos e por isso a importação de produtos industriais dependia dessa variável exógena. O café ainda era o principal produto exportado representando 60% na pauta de exportações. A população vivia no campo e era neste que se localizavam 60% dos empregos. A indústria estava em sua fase restringida empregando somente 13% da PEA (População Economicamente Ativa). Como observa-se uma PEA essencialmente agrícola. Era necessário importar todas as maquinarias para que a produção industrial interna se realizasse. Esta produção era voltada basicamente para bens de consumo não duráveis. Mais explicitamente têxteis e alimentícias que representavam 73% de



toda a produção industrial interna. (Ver Tabela XII).

Em 1955 é implantado a indústria de bens de consumo duráveis e o setor de bens de capital recebe fortes impulsos financeiros. A partir dessa data os movimentos na economia são dados principalmente pelo desempenho do setor de transformação.

A consolidação do setor de bens de produção foi possível graças ao investimento maciço do governo. Esse investimento teve duas direções: associa-se ao capital privado criando novas indústrias de bens de capital ou então injetando recursos nas empresas estatais de bens de capital já existentes (por exemplo a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás entre outras).

A indústria de transformação foi montada em cima dos investimentos estrangeiros direto. Isso só foi possível graças ao incentivo dado pelo governo brasileiro para que as multinacionais colocasse os seus capitais no Brasil. Se a implantação do setor de bens de consumo duráveis pelas multinacionais foi bom pelo lado da criação de emprego e de que sem ela seria impossível o governo brasileiro levantar o montante de investimento necessário. Por outro lado foi ruim pois como dizia Fajnzylber sujeitou-se o crescimento das empresas nacionais e criou um padrão de consumo não adequado com o padrão de renda da sociedade brasileira. Para que fosse possível a realização do consumo desses bens de consumo duráveis, o governo aplicou uma política de abertura no leque salarial e a diminuição progressiva dos rendimentos das classes de baixa renda. Como vimos com Conceição Tavares não é possível haver um crescimento "sadio" se



as estruturas de padrão de consumo, produção e renda não se adequam. A dependência do setor externo não era só financeira, mas também tecnológica. A vinda das multinacionais trouxe uma base tecnológica avançada e aceitou-se essa tecnologia com passividade. A teoria da marginalidade ocupacional diria que essa base tecnológica é inadequada. Como já tínhamos visto no modelo de Aníbal Pinto, e por isso persiste a mão de obra excedente. Observamos que as taxas de crescimento para o Brasil refutam totalmente essa teoria. A capacidade de criação de emprego pelo setor industrial foi superior ao de qualquer país desenvolvido num período de tempo tão curto. Como vemos na tabela V, durante o período de 60-70 o setor secundário foi responsável por 34.6% dos empregos criados e durante 70-80 foi responsável por nada menos que 37.8%. Observamos também que a indústria tornou-se o centro dinâmico da economia, dando impulsos aos demais setores econômicos.

Podemos considerar que a industrialização foi responsável pela migração rural urbana por dois motivos. Primeiro porque ela causou a expulsão da população camponesa. Em segundo lugar porque ela também foi um fator de atração populacional para as cidades. O trabalhador rural vivia na fazenda numa subordinação total ao dono da mesma. Era uma necessidade para ele se libertar do jugo que o proprietário da fazenda lhe impunha. As relações de trabalho nas cidades através da industrialização possibilitava ao trabalhador rural ter relações formais de trabalho. Foi só em 1963 através do Estatuto Rural que passou a existir relações de

trabalho formais no campo. Nesse momento não é mais interessante ao proprietário da terra recolhe-lo em suas propriedades. O custo seria demais oneroso. Isso ocasiona um fluxo ainda mais intenso de migração durante a década de 60. Os dados censitários nos permitem calcular que 64% do crescimento das cidades do Sudeste de 1940 a 1950 e 58% entre 1960 a 1970 podem ser atribuídos ao efeito das migrações.

Observamos então que na agricultura, ao mesmo tempo que houve expulsão e diminuição do emprego também observa-se um aumento da produtividade. Os recursos passam a ser usados de forma mais produtiva. Podemos dizer que indústria condiciona uma maior produtividade no campo. Explicando melhor: como os salários e as condições de trabalho são melhores na cidade o trabalhador é atraído para esta ou então o próprio dono da terra o expulsa pois não é compensador pagar os salários e as obrigações que aumentaram. Isto tudo implica necessariamente em aumento da tecnologia na agricultura.

Quanto ao setor de serviços a influência da indústria é ainda mais visível. Conforme a Tabela IV, podemos ver que o crescimento de emprego do terciário acompanhou o crescimento de empregos na indústria. Por ser esta que a principal responsável pelo crescimento das cidades, isso aumenta a necessidade de infraestrutura urbana. Entendo-se por infraestrutura a assistência médica devida, serviços públicos em geral, comércio, serviços pessoais entre outros. Todos esses setores pertencem ao terciário e ao mesmo tempo estão intimamente ligados ao

desempenho industrial. É notável durante essas décadas estudadas a capacidade de criação de emprego refutando todas as expectativas de desemprego estrutural. Mesmo com as bases técnicas e padrões inadequados foi possível ao Brasil durante 50 a 80 crescer e criar emprego como nenhuma outra economia desenvolvida. Como exemplo desse fato é o índice médio de crescimento do PIB durante esse período igual a 7.1% ao ano.

Nota-se que essa taxa de crescimento não é constante durante todo o período de 50 a 80. Por exemplo: de 1956 a 1961 houve 11% de crescimento do PIB ao ano. O quinquênio seguinte há um brutal declínio onde a taxa decresce a 2.6% ao ano. Um dos fatores principais para essa queda é a turbulência política interna pela qual está passando o país. Lembra-se que durante 1961 houve a renúncia de Jânio Quadros e em seguida a posse de João Goulart em condições de agitações internas. Em 1964 acontece o golpe militar. Esses anos caracterizam-se por uma época de indecisão na política econômica a ser adotada. Uma segunda fase de crescimento ocorre de 62 a 67 e é caracterizada por taxas de crescimento econômico equivalentes a 13% ao ano. A indústria de bens de consumo duráveis atingiu seu ápice com um crescimento anual de 25.5% e a indústria de bens de capital retomou o seu crescimento. No quinquênio anterior ela que apresentara o miserável desempenho de 2.6% ao ano eleva sua produção de 22.7% ao ano mais especificamente durante os anos de 70 a 73. Essa fase é conhecida como milagre econômico. Confirma-se assim, a interligação entre o setor de bens de produção e o desempenho da

indústria em geral. Em 1973 há uma nova queda nas taxas de investimento. Desta vez o setor externo é o grande responsável. Esse ano é marcado pela crise do petróleo que agitou o mercado econômico e financeiro mundial. O Brasil como não poderia deixar de ser tem a sua balança de exportações e importações profundamente alterada. Será preciso redirecionar a política econômica interna adotada. As consequências dessa crise é a queda do crescimento da indústria as taxas para os anos de 73 a 76 são de 9.1% ao ano. O último quinquênio da década é marcado por uma desaceleração maior nada mais que 6% anuais.(Tabela III).

Dois pontos importantes devem ser enfatizados após essa análise:

1) Em nenhuma ocasião ocorre crescimento negativo. Mesmo as taxas mais baixas do PIB ainda apresentam um desempenho muito bom para a economia em sua totalidade.

2) Mesmo em épocas de crise a capacidade de geração de emprego dos setores secundários e terciários foram crescentes.

#### IV. MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

Pontos mais marcantes nessas mudanças:

- Mudança na PEA agrícola de 70% em 1950 para 30% em 1960.
- Setor secundário representa 1/4 do emprego em 1980. Sendo que o setor de bens de consumo duráveis é o que mais emprega.
- Há um aumento constante de empregos no setor terciário acompanhando o desempenho do setor secundário representando o equivalente a 50% da PEA.
- A indústria construção civil criou 10% de novos empregos.

Conforme a tabela XIII observamos que a taxa de crescimento da PEA tem diminuído ao longo dos anos. Como vemos no quadro da Regiões Metropolitanas a população das cidades apresentaram uma tendência de crescimento superior ao aumento da PEA. Será então nas cidades grandes a maior necessidade de crescimento do emprego. Quando observamos a taxa de crescimento do emprego total nos deparamos com uma surpreendente taxa maior que o crescimento da PEA total. Isso significa que teóricamente existe emprego suficiente porém nas cidades acontece o contrário. Exemplificando: de 50 a 80 a PEA cresceu 2.93% ao ano enquanto que o emprego a 3.18% ao ano. Quando pegamos os dados somente para a cidade notamos que a população urbana cresceu a taxas de 5.64% ao ano para o mesmo período enquanto que o emprego urbano evoluiu em ritmo inferior, 5.12% ao ano.

Ao fazermos uma análise mais detalhada desse item observamos que devido ao excelente desempenho da economia durante o período do milagre a taxa de emprego urbano foi superior à taxa de crescimento das cidades. Esse desempenho no início da década de 70 só foi possível ser estendido até o final da mesma porque apesar das taxas de crescimento terem diminuído ainda foram bastante representativas como já foi salientado.

Com relação ao setor terciário é bom enfatizar que os setores ligados a serviços pessoais e serviços públicos apresentou um desempenho em 70 melhor que os anos anteriores.

Resalta-se que proporcionalmente até a década de 90 o peso do terciário sobre a PEA urbana diminuiu. Esse dado sera

importante para algumas conclusões mais à frente. (Tabela XI)

## V. PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Conforme observamos existe uma defasagem entre os empregos criados e o crescimento das cidades disso tiramos que empiricamente há uma necessidade maior de emprego do que a oferecida ou seja, existe desemprego.

A questão é: podemos associar esse desemprego ao problema de mão de obra excedente estrutural apontada pela CEPAL? A resposta é não para o caso brasileiro.

Quando analisamos as taxas de desemprego para a década de 70 e mesmo para o ano de 80 onde a crise econômica já é latente, salienta-se que elas não podem ser vistas como alarmantes. Dos dados recolhidos sobre desemprego para o ano de 1980 observa-se que essa taxa não excedeu a 9.0% junto as regiões metropolitanas. Para a década de 70 esse índice é inferior a 5%(3). Ao compararmos essas taxas aos níveis de desemprego dos países do primeiro mundo podemos notar que as taxas brasileiras são iguais ou até inferiores às desses países. Uma média da taxa de desemprego para os sete maiores economias européias entre os anos de 72 a 80 apresenta 4.7%. A mesma taxa nos Estados Unidos foi de 6.3%. Como vemos, superior ao brasileiro na mesma década.

Diante dessa evidência concluímos que não podemos ser taxativos e dizer que as taxas de desemprego no Brasil é a causa da miséria e pobreza especificada no início da nossa exposição. Por esse caminho podemos concluir que o problema de mão de obra

excedente apontado pela CEPAL em ser a causadora da miséria e marginalidade urbana não se confirma no caso brasileiro.

Se os países desenvolvidos, com taxas de desemprego elevadas não apresentam situações de pobreza tão agravantes quanto a brasileira. Devemos então direccionar a nossa análise para outro foco.



## CAPÍTULO 2

"O objeto do trabalho e sua análise empírica"



## I. INTRODUÇÃO

Mesmo diante da elavada absorção de mão de obra pela indústria, ainda assim existe uma parte que não é absorvida como foi exposto no capítulo anterior. Para os migrantes que vêm para as metrópoles em busca de melhores remunerações e não são absorvidos pela indústria, resta o setor terciário para a sua incorporação. A construção civil que é tida como setor secundário é também responsável por grande parte da incorporação dessa mão de obra migrante. Veremos mais à frente que classificaremos este setor como à parte do secundário por apresentar características que o difere do montante.

O terciário é uma denominação bastante abrangente e imbuete dentro dele complexa heterogeneidade. Será necessário portanto definirmos e situarmos os ramos que nos interessam. Um estudo teórico será feito.

Como observamos na tabela IV a participação do terciário passou de 25,9% em 1950 para 45,7% em 1980 enquanto que a participação do secundário passou de 14,2% para 24,4% no mesmo período. Assim sendo, o peso relativo do setor terciário aumenta. Outro dado estatístico que podemos apresentar está contido na tabela V. Nela observamos que o número absoluto de empregos gerado pelo terciário é 15.575.212 enquanto que o secundário criou 8.247.613. Vemos que o número de empregos gerado pelo terciário é bastante superior, quase o dobro. Provado o dinamismo do terciário, cabe-nos analisá-lo melhor.

Sabe-se que os chamados mercados informais de trabalho têm um peso significativo no terciário. Durante períodos de crise

como ocorreu no início da década de 80, ele foi o responsável por grande absorção de mão de obra desempregada. Não trataremos dessa década neste trabalho, mas o exemplo é colocado por ser uma experiência recente.

Acreditava-se que com o desenvolvimento das relações capitalistas e o aumento da renda esses avanços seriam repassados para os ramos do terciário onde as relações capitalistas de produção ainda não tivessem chegado ou seja, os mercados informais. Esperava-se uma generalização dos avanços produtivos para os demais setores tanto na agricultura como na economia informal. Porém não é isso que ocorre. A crise crônica que inicia em 1973 e se estende até hoje não permite que o desenvolvimento chegue até esses ramos do terciário. Antes, este mostra abrigar grande contingente de mão de obra que busca emprego no secundário, mas não são admitidos, pelo menos de imediato.

## II. DEFINIÇÃO DO TERCIÁRIO

Podemos dar uma definição geral para o terciário como sendo o setor de serviços, sejam eles de quaisquer tipos. Faz-se necessário definições mais específicas assim como uma análise teórica mais detalhada.

Primeiro dividimos em dois grandes grupos: o primeiro integra os serviços com forma de produção capitalista e o segundo com formas não tipicamente capitalistas de produção. Podemos exemplificar o primeiro subgrupo com os bancos, serviço público,

grandes magazines, serviços autônomos de profissionais liberais, entre outros. De forma geral os salários desses setores condizem com a taxa de salários média existente nos demais setores capitalistas. Este lado do terciário é o que mais tem crescido. No segundo subgrupo incluímos todas as demais atividades que não estão subordinadas ao capital. E é este subgrupo que apresenta aquilo que denominamos como "inchaco" do terciário. Este fenômeno aparece com mais intensidade durante os períodos de crise. O desempenho dessa "economia informal" como é denominada nos meios acadêmicos, depende da renda gerada nos setores capitalistas ou seja, o seu desempenho está vinculado ao setor capitalista de produção. Exemplificamos com as formas de produção familiar como confecções, vendedores ambulantes, pequenos reparos domésticos, "biscateiros", grande parte das empregadas domésticas e outros.

Assim, quando dissermos formas de produção não capitalistas entende-se como as quase empregas capitalistas ou então o mercado informal ou ainda a economia informal. As formas de produção capitalistas incluem todos os setores que são movidos pela dinâmica de valorização do capital.

Definido conceitualmente o setor terciário podemos partir para um melhor entendimento da influência desse setor no mercado de emprego e salário urbano.

### III. RESENHA BIBLIOGRÁFICA

A hipótese de que o setor informal abriga contingente de mão

excedente dentro do mercado urbano é apontado teóricamente pela própria teoria marxista. Nos estudos do desenvolvimento das formas de capital Marx já previa que haveria um contingente de trabalhadores que perdiam os seus meios de produção frente a força do capital, mas não necessariamente encontraríamos no capital o respaldo para sua sobrevivência.

Marx escreve que o desenvolvimento da sociedade capitalista caminha junto com o desenvolvimento das formas de capital. Esta sociedade busca por sua vez, a valorização contínua do capital. A forma máxima de valorização ocorre no momento que as forças tipicamente capitalistas de produção instalam-se na economia. Entende-se por forças tipicamente capitalistas as grandes indústrias onde máquinas produzem máquinas. Nesse momento do desenvolvimento capitalista ocorre um crescente aumento da composição orgânica do capital, o capitalista se desprende cada vez mais da força de trabalho humana. No entanto devido a força do capital está havendo um desalojamento de um número crescente de trabalhadores não só das indústrias, mas também do seu meio de subsistência primitivo. Percebe-se aí a contradição da lógica capitalista: ao mesmo tempo que o capital só se realimenta através do aumento da mais valia relativa que por sua vez só pode ser gerada através da força de trabalho humana, ele (o capital) busca se livrar do trabalhador. O exército industrial de reserva aumenta proporcionalmente com o incremento de capital nas atividades tipicamente capitalistas. Portanto a sobrevivência desses expropriadas depende das formas de produção não

tipicamente capitalistas.

Cabe neste contexto o trabalho de Conceição Tavares quando ela se refere a segmentação de mercados existente mesmo dentro das formas de produção capitalistas. Verificamos empiricamente que os setores capitalistas exigem um mínimo de especialização ou grau de escolaridade ou mesmo aparência. Existe portanto uma parte da mão de obra que atende a determinadas exigências impostas pelo capital e assim podem ser chamados de mercado industrial de reserva para este setor capitalista de produção. Existe outro montante de trabalhadores que não conseguem sequer competir com esta mão de obra "especializada". Estes são jogados à margem dos setores capitalistas e vão integrar aquilo que designamos como economia informal.

Esta mesma dinâmica vai ocorrer para o setor terciário. Nós nos deparamos com um setor terciário capitalizado ao que designamos como "moderno". E existe o outro lado do terciário e que buscamos enfatizar nesse trabalho que é o terciário informal. Dentro desse setor informal vão se alojar boa parte da mão de obra migrante que não consegue se inserir dentro do mercado capitalista das metrópoles.

Observamos então que conceitualmente a existência de um mercado industrial de reserva já era apontado por Marx e é desenvolvido por outros autores dentro os quais enfatizamos a visão de Maria Conceição Tavares. Ela enfatiza seus estudos num capitalismo particular o qual seja, retardatário. Podemos portanto, destrinchar o conceito de população excedente de reserva de Marx em dois. O primeiro como exército industrial de

reserva para o setor capitalista. É um segundo onde não poderíamos designar como exército de reserva pois não atende às exigências da produção capitalista.

#### IV. DETERMINAÇÃO DOS ELEMENTOS NO ESPAÇO ECONÔMICO

Para estudarmos os vários tipos de estruturas produtivas existentes dentro da economia brasileira e como se dá a alocação dos trabalhadores dentro deste mercado - nosso objeto de estudo - é necessário que o desenvolvimento capitalista tenha atingido um patamar mínimo. Como já dissemos, tratamos da economia brasileira a partir dos anos 50 quando as forças de acumulação e reprodução foram instituídas. É o momento quando as formas de produção capitalista determinam a reprodução ou a extinção das outras formas de produção.

Como nos interessa analisar a absorção de mão de obra naquelas formas de produção não tipicamente capitalistas, cabe portanto conhecermos a sua sobrevivência quando a dinâmica do capital já domina o espaço econômico.

Observamos empiricamente que ao se instalar as indústrias e os estabelecimentos com forma de organização capitalista, destroem os estabelecimentos cuja produção ou organização não obedeciam a esta lógica. Este movimento ocorre pela própria expansão das cidades que exige estabelecimentos e serviços de maior porte assim como uma produção que possa suprir a massa de consumidores emergentes. Exemplificando, é o caso pequenas vendas

que necessitam de serem substituídas pelos supermercados ou ainda hipermercados. É o caso também das costureiras e lojas de tecidos que diminuem drasticamente. Porém, notamos que estas formas de organização não desaparecem, mesmo que sufocadas nos grandes centros podem alocar-se em novas vilas ou ainda conseguem sobreviver devido à melhor qualidade de seus serviços que conseguem manter uma freguesia fixa. Este é o caso típico das costureiras ou das prestações de serviços domiciliares.

Por enquanto analisamos a lógica do capital pelo lado da destruição, mas existe o outro lado dessa lógica que é o da criação. Há também o caso onde a produção capitalista incentiva o aparecimento de estabelecimentos e serviços que sobrevivem do mercado capitalista. Um exemplo disso são as pequenas oficinas de automóveis ou os serviços de reparo de eletrodomésticos. Estas geralmente são pequenas empresas familiares que mesmo não tendo organização capitalista dependem da demanda por produtos do núcleo capitalista. Outro caso, não tão raro, são as costureiras de corte industrial que montam nas suas próprias casas roupas para a indústria de confecções.

Para resumir esta análise gostaríamos de transpor uma citação de Paulo Renato que exprime bem aquilo que tentamos passar:

"... podemos pois afirmar que o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e cria os espaços econômicos não tipicamente capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem



capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante." ( grifos do autor )

Visto como ocorre a destruição das formas de produção não tipicamente capitalistas, nota-se que na sua grande parte os trabalhadores ficam destituídos de seus instrumentos de trabalho. Mesmo que muitas vezes busquem manter-se na sua forma de produção anterior, não conseguem o mínimo necessário para sua sobrevivência e terão que integrar como proletários no mercado de trabalho capitalista.

Como foi dito anteriormente, segundo Marx, com o processo de concentração orgânica do capital diminui progressivamente o número de trabalhadores por máquina. Assim, dado o alto índice de destruição das formas de organização não tipicamente capitalistas e ao mesmo tempo a necessidade cada vez menor de trabalhadores por máquina, a oferta de mão de obra aumenta. A consequência direta desse movimento é que os trabalhadores, destituídos dos seus meios de produção, são obrigados a voltar para o núcleo não capitalista de produção. A observação direta que fazemos é que esse retorno gera em sua grande maioria, mas não necessariamente, uma situação para o trabalhador pior que a anterior. Podemos exemplificar através de dois casos típicos; os trabalhadores da construção civil e as empregadas domésticas. Esse pessoal que vivendo nas grandes cidades e recebendo salários baixos não conseguem garantir a sua sobrevivência a níveis adequados. Essa situação agrava o mercado informal pois mais membros da família necessitarão ingressar nele a fim de garantir uma renda mínima

familiar.

A pressão exercida por essa parte da população sobre o mercado de trabalho urbano é cada vez maior.

Para que a análise acima não fique só a nível teórico, cabe demonstrarmos mais uma vez com índices como tem sido o comportamento do mercado de trabalho urbano e da economia brasileira.

Vimos que a criação de emprego no Brasil foi satisfatória e dinâmica se comparado com as mesmas fases do capitalismo a nível internacional. Entre 1841-71 a Inglaterra expandiu seu emprego industrial à taxa de 2,1% ao ano; os Estados Unidos o fizeram à 4,1% ao ano entre 1850-90; e o Japão a 4,2% ao ano entre 1872-1912. Enquanto o Brasil expandiu para a mesma fase, entre 1950-80 à taxa de 5,0% ao ano (tabela XIII).

Quando nos referimos ao Brasil o emprego "organizado" e o "não organizado" apresentaram taxas inalteradas de crescimento durante as décadas de 50 a 70. Segundo dados, o "organizado" em 70 equivalia a 63% da PEA e o "não organizado" a 27%. A construção civil também manteve-se inalterada, a grosso modo, na taxa de 10%. Porém quando nos referimos ao movimento ocorrido por regiões estes dados se alteram. É interessante percebermos que entre 60 e 70 para o estado de São Paulo o emprego organizado cresceu a taxa de 4,8% ao ano enquanto que o não organizado crescia a taxa de 6,6% ao ano. Para o estado do Rio de Janeiro verifica-se o mesmo movimento de expansão do emprego não organizado. Em 1950 o Rio de Janeiro tinha 67% da PEA no emprego

organizado e 23% no não organizado, em 1970 o emprego organizado diminui para 64% da PEA enquanto que o não organizado aumentou para 25%.

Os dados para a construção civil apresentam um aumento progressivo do número de empregos desde a década de 50 até 70. Mesmo sendo esse aumento pequeno ele indica que a construção civil é um dos setores onde se alojam permanentemente os migrantes. Nós estamos tratando da construção civil como um setor à parte do secundário com características específicas que vamos ver mais à frente. Vale guardar o desempenho desse setor.

Esses dados ilustram aquilo que expusemos acima ou seja, há um aumento da participação do emprego nas formas não capitalistas de produção. Esse aumento se verifica justamente onde a dinâmica do capital é mais intensa, no sudeste do Brasil.

#### V. DETERMINAÇÃO DOS SALÁRIOS- UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A análise neoclássica dos salários não considera que exista mão de obra excedente. Segundo os manuais, a demanda por oferta e demanda por emprego cruzam-se sempre em equilíbrio. Esta escola admite que haja em um momento da economia desemprego, mas este é friccional e tende ao equilíbrio. Segundo esta análise os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho. Cabe ao trabalhador construir sua própria curva de oferta de trabalho e determinar objetivamente quando é lhe é compensatório trabalhar em troca do salário de mercado.

Sabe-se porém que a análise empírica é diferente. Partimos então para uma análise mais realista dos fatos.

Acreditava-se que concretizado em todos os setores de produção o desenvolvimento capitalista, a generalização das formas de produção capitalista para todos os demais setores seria uma consequência deste primeiro movimento descrito. Acreditava-se portanto que a generalização do assalariamento acompanharia o desenvolvimento. Caso isto não ocorresse pelo próprio impulso do setor capitalista então caberia ao governo, através de políticas sociais, melhorar as condições de trabalho dos não assalariados ou ainda daqueles não empregados nas formas de produção capitalista.

No caso brasileiro, tratamos especificamente de uma economia com industrialização retardatária que acarretaria certas especificidades no decorrer do desenvolvimento. Observamos que a generalização do assalariamento não ocorreu.

Se analisamos a questão dos salários segundo a ótica de um mercado de trabalho onde já se apresenta segmentação dos mercados, a visão neoclássica é invalidada.

Vimos que quando já existe um mercado de produção capitalista estabelecido o exército industrial de reserva ou nas palavras da própria Conceição Tavares- as migrações rurais urbanas- deixam de ter importância na determinação do salário do setor capitalista, desde que o mercado de trabalho para determinada categoria já esteja estabelecido. Um exemplo claro desse fato é o setor bancário onde exige-se um grau mínimo de

escolaridade ou mesmo boa aparência física. Outro exemplo é a indústria metalúrgica onde exige-se um curso técnico. Nestes casos apontados dificilmente um migrante que em geral mal sabe escrever afetará na concorrência entre trabalhadores que já estão estabelecidos.

A tese de que os salários são determinados por esta pressão de migrantes não é verificada empiricamente. Estes podem ser modificados através das próprias barreiras impostas pelos trabalhadores através dos sindicatos.

Outra questão interessante é que a própria sobrevivência do mercado informal de trabalho depende da renda oriunda do setor capitalista. Há, inclusive dentro deste setor informal autônomos que recebem mais do que o salário base do núcleo capitalista. O desempenho do setor informal melhora nos mercados de renda maior. Poderíamos inclusive dizer que o setor capitalista eleva as rendas do setor informal.

A afirmação anterior rebate portanto na questão dos baixos salários praticados na economia brasileira. Como dissemos, por se tratar o Brasil de um caso específico de industrialização era necessário a gestão de políticas social que lidassem com a não generalização do assalariamento por toda a economia. Numa visão bem geral observamos que não foi isto que ocorreu na prática no caso brasileiro. Ao contrário, após 1964 pelo próprio modelo de crescimento escolhido a política adotada pelo governo foi de abertura do leque salarial e concentração da renda.

Diante dos movimentos cíclicos sofridos durante o

desenvolvimento econômico, existiram momentos de desaceleração no ritmo de crescimento onde as formas de produção não organizadas absorveram um alto contingente de mão de obra, intensificando o não assalariamento. E esta questão rebate muito mais no problema social que isto causa como por exemplo na falta de contribuição ao IAPAS que dá direito à assistência médica ao trabalhador e à sua família.

Não sendo nosso objetivo analisar a política salarial em si, poderíamos encerrar este tópico afirmando que no caso brasileiro a questão dos baixos salários reside, entre outros, na política econômica, na questão da rotatividade do emprego e do baixo poder sindical.

## VI. UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Visto que não podemos encontrar justificativa na dinâmica de emprego para o baixo nível de subsistência em que vive parte da população brasileira, partimos então para a questão dos salários.

Cabe-nos neste item demonstrarmos que os baixos salários refletem na condição de vida do trabalhador brasileiro. Responder à pergunta inicial então, será possível.

Por que diante do dinamismo da economia brasileira persiste a miséria? Resposta: Porque os salários são baixos.

Vimos que o setor terciário é responsável pela absorção de mão de obra migrante. Vimos também que o terciário informal é maior nas regiões onde o desenvolvimento do setor secundário foi mais promissor. Assim, tomamos como referência duas cidades

opostas: São Paulo e Recife. Vamos verificar o comportamento dos salários entre essas duas cidades segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade.

São Paulo é o estado mais desenvolvido do país onde o setor secundário apresenta grande dinamismo. Os dados apresentados anteriormente indicavam que o emprego não organizado cresceu a taxas superiores ao organizado. Como sabemos, esse crescimento da informalidade ocorre justamente devido a renda gerada pelo setor capitalista. Ao contrário, encontramos em Recife assim como em todo estado, um desenvolvimento do setor capitalista bastante inferior. O peso das indústrias de base ou de transformação quando comparados a São Paulo é pequeno. A população urbana de Recife sobrevive em condições inferiores aos dos grandes centros metropolitanos. Isso justamente porque a absorção do terciário é menor em consequência da renda que também é menor. Encontramos portanto nessas duas regiões metropolitanas a figura dos contrastes existentes na economia capitalista brasileira.

Vamos trabalhar com 6 categoria segundo a posição na ocupação:

1. empregado: todo aquele que recebe salário. Engloba tanto os que contribuem como aqueles que não contribuem para o FGTS.
2. empregado doméstico: é colocado como uma categoria à parte do terciário informal pela sua representatividade no montante deste.
3. autônomo: entende-se como aqueles que exercem atividades sem necessariamente estar presenter uma relação trabalhista. Engloba portanto, aqueles que contribuem ou não para o FGTS.

4. empregador: classifica-se dentro destes aqueles que empregam serviços de outros.

5. profissional liberal: são os conta própria que não necessariamente empregam outros trabalhadores e exercem atividades que demandam um maior grau de escolaridade. Exemplificando: médicos, engenheiros, economistas, contadores.

6. não remunerado: diz respeito ao trabalhador que exerce suas atividades como empregado, mas não recebe por seus serviços salário na forma dinheiro.

Outra especificação que cabe fazer é quanto aos tipos de rendimento. Quando nos referimos a salário entende-se como aquele que é empregado. Qualquer outro rendimento classifica-se como renda não capitalista. Não que não tenha sido gerada pelo núcleo capitalista, mas porque quem a recebe não guarda nenhum vínculo empregatício.

Quando trabalhamos com rendimentos nos deparamos com o problema da subdeclaração. Ou seja, o entrevistado não diz realmente o quanto recebe. Esse caso ocorre em maior proporção com os não assalariados. Como os empregados representam a grande maioria, entendemos que eventuais omissões não vêm afetar nossas conclusões.

Feitas tais especificações, vamos partir para a nossa análise propriamente dita.

Olhando para a Tabela XV que diz respeito a distribuição da mão de obra segundo os ramos de atividade, observamos que para São Paulo há um certo equilíbrio entre os setores secundário e



terciário respectivamente, 45.4% e 54.2%. Já para Recife o número de empregado diminui para 28.5% sendo que o restante da mão de obra vai se alojar no terciário (69.2%). Observamos também que São Paulo em relação ao Recife apresenta um número maior de empregados e autônomos exercendo suas atividades no setor industrial. Conseqüentemente o setor terciário se retrai, representando 46% dos empregados e 75% dos autônomos. Quando nos voltamos para Recife verificamos que nada menos do que 83% dos autônomos e 62% dos empregados estão no terciário. Esses dados reafirmam o que dissemos anteriormente: o dinamismo do secundário absorve mais mão de obra abrandando um provável inchaço no terciário. Fica claro que em Recife o terciário é maior podendo inclusive ser denominado como inchaço e isto ocorre devido a insuficiência dinâmica da indústria nesta região. Enquanto as migrações campo-cidade estão ocorrendo devido ao ritmo imposto pelo desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo a indústria da região não consegue acompanhar este ritmo. As causas para tal são as próprias políticas de desenvolvimento do governo que não cabe discutirmos. O fato é, como verificamos na Tabela XV, que a mão de obra excedente é jogada para o terciário. As tabelas não nos permitem visualizar se há um aumento no terciário informal. Entende-se porém que o terciário moderno não é capaz de assimilar todo esse pessoal.

Ao analisarmos a Tabela XVI notamos que esta estrutura de distribuição do emprego reflete também na estrutura salarial. É sabido que os salários na região do nordeste são sensivelmente menor quando comparados a região do sudeste. A Tabela XVI portanto não nos surpreende. Passando por todos os setores, desde a

agricultura até o terciário observamos que somente nas atividades financeiras imobiliárias o salário médio em São Paulo não é superior ao do Recife.

Afirmamos anteriormente que a renda gerada pelo setor secundário condiciona a renda gerada no terciário (moderno ou informal) e tem suas atividades ligadas ao produto da indústria. A Tabela XVI mostra que a renda superior gerada pela indústria paulista possibilita aos integrantes do terciário ter um nível de renda ou salários também superior. Isto se dá não somente porque a pressão exercida pela mão de obra excedente sobre o terciário é menor, mas sobretudo porque os trabalhadores auferem maior renda gastando mais e gerando um maior dinamismo dentro do terciário. Confirmamos esta afirmação ao observamos a Tabela XVI onde a renda do autônomo no comércio e prestação de serviços é bastante superior. Destaca-se esses dois ramos pois conforme observado na Tabela XVI são as atividades mais desempenhadas pelos autônomos. Outra atividade que cabe destacar é a de empregados domésticos. A participação dos empregados domésticos no total de empregados gira em torno de de 4.5% em So Paulo e 5.6% em Recife. Essa participação não é grande, mas tem um peso ainda maior quando notamos que é uma atividade onde predomina a informalidade e a remuneração é a das mais baixas praticadas a saber, um salário mínimo para So Paulo e meio salário para Recife.

Não é só nesta atividade que se paga salários igual ou abaixo do nível mínimo estabelecido, outras atividades do terciário ou mesmo de indústrias quase capitalista remuneram seus

empregados em menos ou igual a um salário. Vemos na Tabela XIV que remunerações inferiores a um salário são praticadas inclusive para a categoria de empregados.

Na Tabela XIV e na Tabela XVI notamos que a grande maioria dos trabalhadores recebem salários em média muito baixos. A média mais alta é apontada na indústria que é tida como parâmetro para a determinação dos salários no restante da economia. Considerando que na indústria são praticados salários altos mas mesmo assim não satisfatórios, os demais setores da economia terão rendimentos condicionados por salários também não satisfatórios.

Um dado estatístico não muito apurado, mas que indica a realidade e pode ser observado nas tabelas indicam que 96% da mão de obra ativa é constituída por autônomos, empregados ou empregados domésticos. Sendo que os salários obtidos por essas categorias não são altos afora um ou outro ramo, a questão do nível de vida existente dentro da sociedade brasileira rebate para a questão dos salários.

Esta discussão se aprofunda quando anexamos a ela a questão do salário mínimo praticado no Brasil e de como ele é parâmetro para a determinação dos salários em toda economia.

Segundo Paulo Renato o salário mínimo tem estreita relação com a taxa de salário em toda a economia e no caso de países subdesenvolvidos, como é o Brasil, o governo tem forte influência pois é ele o responsável pela política salarial. Nas próprias palavras de Paulo Renato: " as evidências disponíveis no caso brasileiro mostram que o salário mínimo legal pode ser considerado

como a taxa de salários de base na indústria brasileira durante as três últimas décadas". Se a indústria é o setor dinâmico portanto, os salários nela realizados determinam os salários nos demais setores da economia. Uma prova disso é a evolução dos salários na indústria metalúrgica. Este é um setor que sempre foi bem organizado e mobilizado em sindicatos. E mesmo assim seus salários acompanharam os descréscimos do salário mínimo que ocorreram a partir de 60. Também contribuiu para essa queda a política de abertura do leque salarial que vem sendo praticada desde o golpe militar. Os salários mais baixos foram os que menos cresceram possibilitando assim, o crescimento dos salários médios e altos. Segundo dados, de 1968 a 1975 os salários baixos cresceram 16%, os médios 35% e os altos nada menos que 63%. A abertura do leque e a concentração da renda são evidentes.

## VII. CONCLUSÃO

Assim através dessa pequena análise da renda média e da política governamental pudemos demonstrar onde reside a explicação para o nível de vida existente dentro da sociedade brasileira.

A questão da miséria e da pobreza rebate para uma discussão mais ampla, o qual seja: a política de crescimento econômico adotada principalmente após a Revolução de 1964.

É ponto pacífico de entendimento aquilo que foi demonstrado neste trabalho. A população excedente não rebaixa salários em



economias capitalistas com um determinado nível de desenvolvimento, como é o caso da economia brasileira. Também afirmamos que até o momento o país não deparou-se com problemas graves de desemprego. Mesmo o desemprego existindo em todas as fases da economia as vezes com maiores agravos como foi o caso de 1981-1983, nunca registrou-se taxas de desemprego alarmantes como denominamos.

Mostrou-se também que a economia apresentou um dinamismo satisfatório sendo que a existência de população marginalizada reflete o descaso governamental frente a um problema social. Problema este que não é decorrente de uma defazagem temporal ou sacrifício necessário para o crescimento. Sabe-se que em economias com industrialização tardia o planejamento e a interferência do Estado é imprescindível. A existência de um governo forte e progressista é questionável no caso brasileiro.

Portanto o estado de marginalidade social em que vive 30% da população e a miséria existente para outra grande parte da sociedade é produto não de forças econômicas puramente econômicas porém de uma política conservadora do Estado.

## APÊNDICE

Expusemos durante esse trabalho a questão da absorção de mão de obra pela indústria. Trataremos agora de uma indústria específica, a indústria de construção civil.

Este setor recebe um tratamento diferenciado por possuir certas características que o diferem do restante do setor secundário. Entre eles destacamos que a mão de obra empregada é de baixa qualificação e os salários auferidos por estes trabalhadores são muito baixos além do que emprega mão de obra em grande quantidade. Esta indústria funciona como um trampolim para os migrantes que chegando às grandes cidades possam ser empregados rapidamente. Estes migrantes têm oportunidade de mais tarde serem absorvidos como operários em outros setores da indústria. No entanto, estes setores requerem maior qualificação é lógico que nem todos esses migrantes terão a oportunidade de passar por este processo de aprendizado e assim ficarão restritos a indústria de construção. O que observa-se é que seus familiares têm maior oportunidade junto aos outros setores da economia pois terão acesso a um aprendizado ou um grau de escolaridade maior.

O que chama a atenção para a indústria de construção é a sua grande capacidade de absorver mão de obra. Fato este, reconhecido pelo governo que através dos anos tem dado incentivo a este setor nos momentos de crise. Foi assim em 70 durante o primeiro e o segundo PND. O BNH foi criado durante o fim da década de 60

justamente para financiar a construção de casas. A experiência durante a construção de Brasília deixou claro para o governo a importância da construção civil para a sustentação de alguns setores da economia. O investimento do governo em infra estrutura tem sido importantíssimo enquanto sustentar o nível de crescimento desse setor.

A Tabela V mostra o potencial de criação de emprego na indústria de construção, a segunda absorvedora de mão de obra depois da indústria de transformação. Segundo esses dados temos que entre 60-70 a construção civil foi responsável pela criação de 13,8% dos empregos e entre 70-80, uma década de queda nos índices de crescimento, foi responsável por 10% dos empregos criados.

Segundo dados obtidos, temos que entre 1940 a 1973 o número de pessoas ocupadas nessa indústria aumentou a uma taxa média de 6,2% ao ano enquanto que as demais indústrias do setor secundário cresciam à taxa de 4,9% e o setor terciário à 4,5% ao ano. Isto é consequência do tipo de crescimento pelo qual passou o país. Um rápido processo de urbanização após a década de 40 e depois de 1955 a construção de grande obras com o objetivo de formar infra estrutura para a industrialização. Afirma-se que após a crise de 1973 só foi possível ainda sustentar taxas de crescimento elevadas devido a indústria de construção. A indústria de transformação sofreu uma grande queda de 25% ao ano (70 a 73) para 6,6% ao ano durante o período de 73 a 77 ao mesmo tempo a construção civil crescia a taxas de 11,8% ao ano. Sem dúvida o

grande sustentador das obras foi o investimento público. A parte de edificações cresceu menos sendo que desse montante os recursos do BNH foram utilizados principalmente para a construção de casas de alto padrão. Foi deixado de lado o seu objetivo inicial que era a construção de casas populares.

É importante analisarmos a construção civil enquanto um instrumento anti-cíclico. Cabe-nos mostrar que esta indústria apresentou taxas de crescimento do emprego elevadas no momento que os outros setores apresentavam quedas.

No caso brasileiro, particularmente, a construção civil é grande absorvedora de mão de obra não especializada com grande rotatividade e baixos salários. Dessa forma torna-se interessante às empreiteiras ter a sua produtividade baseada em capital humano.

Como dissemos, devido a não especialização a construção civil abriga mão de obra migrante e também em momento de crise pode assimilar ainda mão de obra vindo de outros setores da economia. É nesse momento que entra a construção civil como sustentadora da renda e do emprego, diretamente ou através dos impulsos dados aos outros setores como a indústria metal mecânica e de minérios.

Cabe salientar a ação do governo em incentivar essa propriedade da construção civil. Isto porque a abertura de crédito e os grandes investimentos dependem da política de gasto do Estado.

Aquilo que afirmamos até aqui pode ser visualizado no

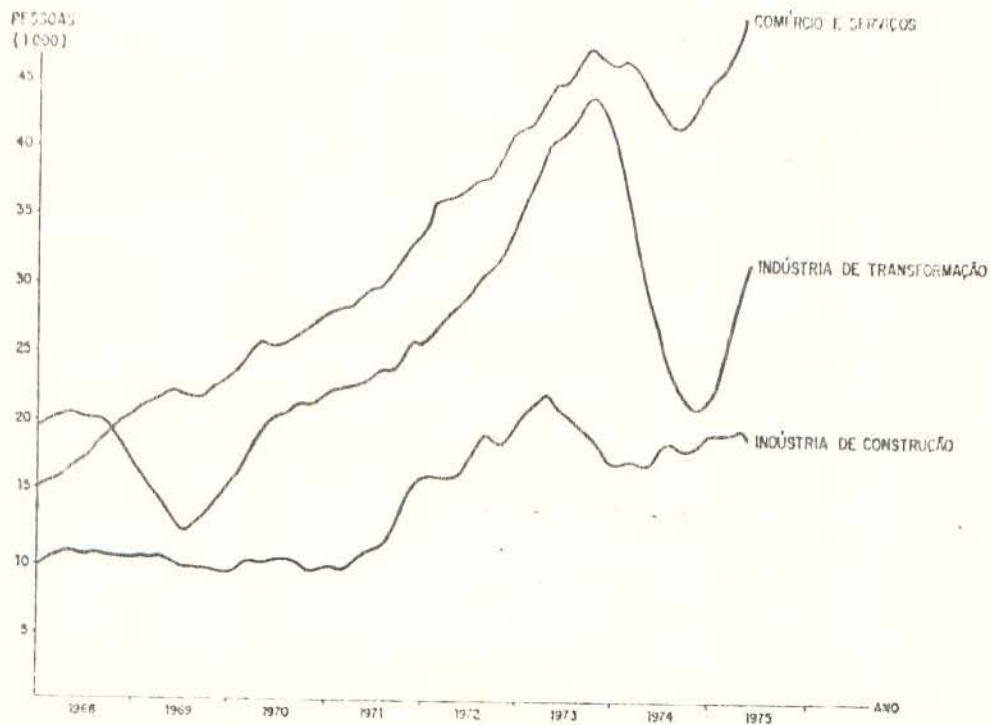


## APÊNDICE

"Papel da construção civil na absorção de mão de obra"

gráfico abaixo:

Gráfico II 1  
ACRÉSCIMOS NA DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA, BRASIL - 1968/75



FONTES: "Emprego e salários na indústria de construção", Dorothea Werneck, pag. 42.

O gráfico mostra os ciclos na indústria de construção, transformação e comércio/serviços durante o período de 1968 a 1975.

Sabe-se que a partir de 1969 a indústria em geral retoma o ritmo de crescimento chegando ao ápice durante o ano de 1973. Conforme visualiza-se no gráfico a construção civil responde

tardamente a esse crescimento da economia. Isto se dá porque os investimentos em construção dependem de decisões mais demoradas justamente porque a formação de infra estrutura despence custos elevados e um tempo maior. Assim, quando em 1974 a recessão na economia já é evidente, a indústria de construção sustenta taxas de crescimento na demanda de mão de obra enquanto na indústria de transformação o desemprego é profundo.

Quanto aos salários, não cabe aqui uma discussão exaustiva. Basta mostrar através da tabela abaixo que os salários dos pedreiros giram em torno de 2-2,5 salários mínimos enquanto que para serventes de pedreiro corresponde em média a 1 salário. Como vemos, comprovadamente baixos dispensando maiores comentários. Os mestres de obra que aparecem na tabela auferem salários contrastantes, podendo variar de 2,5 salários mínimos em Recife até 10 salários mínimos em Salvador. Estes porém são em número bem menos expressivos quando comparados aos pedreiros e serventes.

**EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS-HORA DE MESTRES-DE-  
OBRAS, PEDREIROS E SERVENTES EM UNIDADES DO  
SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL. - 1969/76  
(MÉDIAS SEMESTRAIS)**

Anos e Semestres	Rio de Janeiro			São Paulo			Belo Horizonte			Brasília			Curitiba			Porto Alegre			Recife			Salvador			Fortaleza			
	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	m	p	s	
1969	1.º	4,78	2,14	1,00	3,83	2,03	1,05	3,64	1,75	1,00	4,95	1,58	1,00	2,29	1,67	1,04	2,92	1,73	1,00	3,27	1,51	1,11	5,73	2,18	0,96	3,42	2,11	0,94
	2.º	4,57	2,11	1,00	3,63	2,08	1,00	3,39	1,61	1,00	5,16	1,52	1,00	2,46	1,80	1,08	2,98	1,58	1,02	3,00	1,42	1,02	6,16	2,36	1,00	3,05	2,07	1,04
1970	1.º	4,39	2,10	1,00	3,74	2,00	0,97	3,42	1,65	1,00	5,91	1,47	1,00	2,38	1,70	1,05	2,86	1,60	0,95	3,15	1,60	1,15	7,26	2,32	0,98	3,51	2,18	1,00
	2.º	4,23	1,96	1,00	3,31	1,97	1,00	3,42	1,62	1,00	5,22	1,46	1,00	2,27	1,83	1,06	3,04	1,56	1,00	2,83	1,47	1,10	8,33	2,38	1,00	3,81	1,92	1,00
1971	1.º	4,58	2,07	1,00	3,47	2,01	0,94	4,05	1,65	1,00	5,30	1,39	1,00	2,33	1,86	1,07	3,88	1,82	1,00	3,02	1,52	1,09	8,23	2,45	0,97	3,57	1,79	1,00
	2.º	4,73	1,93	1,00	3,51	2,11	1,00	3,83	1,53	1,00	5,39	1,44	1,00	2,44	1,92	1,09	3,46	1,70	1,00	2,78	1,51	1,11	8,86	2,22	1,00	3,17	1,99	1,00
1972	1.º	5,00	1,98	1,00	3,86	1,98	0,95	3,78	1,55	1,00	5,10	1,46	0,97	2,54	1,81	1,04	3,76	1,78	0,97	3,03	1,62	1,18	8,12	2,27	0,96	3,61	1,81	1,00
	2.º	4,62	1,99	1,00	3,17	1,85	1,00	3,43	1,58	1,00	5,37	1,46	1,00	2,55	1,96	1,13	3,23	1,80	1,00	3,37	1,56	1,34	6,98	2,33	1,00	3,63	1,68	1,00
1973	1.º	4,92	2,03	1,00	3,59	2,06	0,98	4,24	1,53	1,00	5,93	1,53	1,00	2,45	1,87	1,07	3,58	1,82	1,01	3,13	1,52	1,23	7,40	2,12	0,97	3,13	1,81	1,08
	2.º	5,38	1,96	1,00	3,88	2,22	1,12	4,41	1,55	1,00	6,67	1,56	1,00	2,61	1,94	1,12	4,17	1,92	1,12	2,58	1,61	1,16	9,47	2,15	1,00	3,18	1,69	1,02
1974	1.º	5,98	2,09	1,04	6,32	2,26	1,27	5,04	1,86	1,00	7,49	1,65	1,06	2,99	2,00	1,10	5,29	2,12	1,21	3,24	1,99	1,14	9,97	2,18	0,96	3,99	1,82	0,96
	2.º	6,48	2,06	1,04	6,69	2,31	1,42	5,15	1,96	1,08	8,53	1,69	1,07	4,08	2,16	1,28	5,42	2,18	1,32	3,66	1,57	1,12	12,20	2,50	1,02	4,49	1,96	1,00
1975	1.º	7,85*	2,26*	1,22*	8,74	2,19	1,39	5,63	2,14	1,15	8,17	1,72	1,12	4,11	2,28	1,28	5,36	2,14	1,46	3,99	1,76	1,26	11,00	2,29	1,11	4,68	1,93	1,14
	2.º	6,67	1,97	1,08	7,91	2,10	1,29	5,71	2,12	1,25	8,27	1,58	1,00	4,38	2,33	1,30	4,82	2,06	1,28	3,49	1,45	1,05	10,61	2,11	1,18	3,82	1,66	1,00
1976	1.º	6,93	2,05	1,20	6,99	2,10	1,25	6,02	2,29	1,29	9,09	1,51	1,02	4,41	2,28	1,31	5,72	2,11	1,15	3,09	1,63	1,13	9,97	2,23	1,13	3,62	1,74	0,99
	2.º	6,66	1,97	1,19	7,31	2,07	1,26	6,99	2,24	1,33	8,73	1,69	1,09	4,43	2,23	1,29	6,14	2,27	1,48	2,52	1,99	1,02	10,36	2,26	1,10	3,52	1,93	1,00

FONTE: "Empregos e salários na indústria de construção", Dorothea Werneck, pag. 154.

O principal objetivo desse apêndice era mostrar a importância da construção civil como absorvedora de mão de obra. Assim, ficou claro a importância relativa desse setor dentro da economia como um todo. Segundo dados pesquisados 8% do total de homens empregados pertencem à construção civil e aproximadamente 1/3 dos que trabalham no setor secundário estavam diretamente vinculados a esta indústria reafirmando os impulsos que a construção emite para os demais setores. Enfatizando ainda, a sua importância como fator anti-cíclico na economia brasileira.

## TABELAS

Algumas tabelas foram inteiramente retiradas de livros que constam na bibliografia. Outras montadas a partir de dados dispersos obtidos junto as leituras ou ainda realizadas pela própria autora segundo os anais estatísticos do IBGE.

TABELA I\_ POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES REGIÃO METROPOLITANA

RM	1950(3)	1960(1)	1970(1)	1980(2)
BELEM	226201	384048	606188	831339
FORTALEZA	210050	494920	863925	1501469
RECIFE	630489	1067306	1629357	2131649
SALVADOR	396193	669506	1067320	1696318
B. HORIZONTE	399372	794169	1505310	2461081
R. JANEIRO	2777432	4425560	6846511	8821845
S. PAULO	2265331	4014657	7837416	12193634
CURITIBA	148682	381414	646765	1325275
P. ALEGRE	441745	865153	1345541	2148079
TOTAL	7495675	13097233	22348333	33100689

Fontes:

- 1\_ FAISSOL, Speridião. Revista Brasileira de Geografia\_R.J.
- 2\_ I.B.G.E., Indicadores Sociais\_1988
- 3\_ Aproximação das Regiões Metropolitanas, obtidas no Censo 1950 ( I.B.G.E.)

OBS: Foram excluídas as zonas rurais contidas nas Regiões Metropolitanas

TABELA II\_ EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL  
NAS REGIÕES METROPOLITANAS.

* (Parcela da População nas R.M.) / (População Total)			
1950	1960	1970	1980
14,43 %	18,66 %	24,00 %	28,00 %

TABELA III\_ TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO  
DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

ANO	TOTAL	B.C.D.	B.K.	B.I.	B.C.N.D.
47 _ 55	5.6	17.1	11.0	11.8	6.7
55 _ 62	6.0	23.5	26.4	12.1	6.6
62 _ 67	3.6	4.1	2.6	5.9	0.0
67 _ 70	9.7	21.7	13.5	3.7	0.8
70 _ 73	13.0	25.5	22.7	13.2	9.1
73 _ 76	8.1	10.3	13.0	8.7	4.2
76 _ 80	6.1	8.6	3.4	8.0	4.1

Fonte:

\_SERRA, José. "Ciclos e mudanças..."  
in O mercado de Trabalho Brasileiro.

OBS:

B.C.D\_ Bens de consumo duráveis  
B.k\_ Bens de capital  
B.I\_ Bens intermediários  
B.C.N.D\_ Bens de consumo não duráveis

TABELA IV\_ DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
POR SETORES E SUBSETORES (1950 \_ 1980)

SETORES	1950	1960	1970	1980
PRIMÁRIO	10252839 (59.9 %)	12276908 (54.0 %)	13087521 (44.3 %)	13109415 (29.9 %)
SECUND.	2427364 (14.2 %)	2990242 (12.9 %)	5295417 (17.9 %)	10674977 (24.4 %)
TERCIÁRIO	4437159 (25.9 %)	7532878 (33.1 %)	11174276 (37.3 %)	20012371 (45.7 %)

FONTE:

\_FARIA, Vilmar. "Sociedade e política pós 64"



TABELA V\_ NOVOS EMPREGOS CRIADOS (1950 \_ 1980)  
 \* Baseada na População Economicamente Ativa

Setor e Subsetores	50 _ 60	60 _ 70	70 _ 80	50 - 80
	número ( % )	número ( % )	número ( % )	número ( % )
PRIMÁRIO	2024069 (35.9)	810613 (11.9)	21074 ( 0.2)	2856576 (10.7)
SECUNDÁRIO	512878 ( 9.1)	2355185 (34.6)	8379550 (37.8)	8247613 (30.9)
Indústria de Tranf.	345878 ( 6.1)	1287674 (18.9)	3216737 (25.4)	5250289 (19.7)
Indústria de Const.	196603 ( 3.5)	938467 (13.8)	1431380 (10.1)	2566450 ( 9.6)
Outras Indústrias	29603 ( 0.5)	129044 ( 1.9)	331433 ( 2.3)	430874 ( 1.6)
TERCIÁRIO	3095719 (55.0)	3641398 (53.5)	8838095 (62.0)	15575212 (58.4)
Distributivos	874382 (15.5)	959744 (14.1)	2511489 (17.6)	4345615 (16.3)
Pessoais	1247892 (22.2)	896068 (13.2)	3164708 (22.2)	5308668 (19.9)
Sociais	556630 ( 9.9)	1215957 (17.9)	2173157 (15.3)	3945744 (14.8)
Outros	416815 ( 7.4)	569629 ( 8.3)	988741 ( 6.9)	1975185 (7.4)
TOTAL	5632666 (100.)	6807196 (100.)	14239539 (100.)	26679401 (100.)

FONTE:

\_FARIA, Vimar. "Sociedade e Política pós 64".

TABELA VI\_ NÚMERO ABSOLUTO DE PESSOAS COM MAIS DE 10 ANOS

	1950	1960	1970	1980
Núm. de pessoas c/ de 10 anos.	36.557.990	48.828.654	65.226.119	83.149.948

TABELA VII\_ NÚMERO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

	1950	1960	1970	1980
Núm. total da P.E.A.	17.117.362	22.750.028	29.557.224	43.796.763

TABELA VIII\_ TAXA DE PARTICIPAÇÃO ( P.E.A./P.I.A. )

	1950	1960	1970	1980
Taxa de Part. %	46,80 %	46,60 %	44,90 %	49,60 %

TABELA IX\_ BRASIL - P.E.A. URBANA (CENSOS)

	1960		1980	
	MILHÕES	%	MILHÕES	%
Empregadores	0,2	2,3	0,8	2,9
Empregados	7,5	70,9	23,2	76,2
Conta própria	2,6	24,3	5,2	17,3
Fam. não remun.	0,2	2,5	0,2	0,9
Outros	0,0	0,1	0,8	2,7
TOTAL	10,7	100,0	30,4	100,0

TABELA X\_ BRASIL - P.E.A. RURAL (CENSOS)

	1960		1980	
	MILHÕES	%	MILHÕES	%
Empregadores	0,1	1,4	0,2	2,1
Empregados	3,6	29,1	5,3	40,4
Conta própria	5,5	44,3	5,3	40,4
Fam. não remun.	3,1	25,2	2,0	15,1
Outros	0,0	0,0	0,2	2,0
TOTAL	12,4	100,0	13,3	100,0

TABELA XI\_ BRASIL -

	1950	1960	1970	1980
(PEA SEG./ PEA TOTAL)	16.9	18.4	21.5	23.0
(PEA TER./ PEA TOTAL)	22.3	28.8	32.0	34.1
(PEA SEG./ PEA URBAN.)	43.1	39.0	40.2	45.1
(PEA TER./ PEA URBAN.)	56.9	61.0	59.8	54.9

FONTE:

\_PREALC, 1982 in Revista CEPAL ( número 24, capítulo Letters ,página 72 )

TABELA XII\_ INDICADORES ESTRUTURAIS DO PERFIL DA  
 SOCIEDADE BRASILEIRA ( 1950 - 1980 )

INDICADOR	ANO	
	CIRCA 1950 ( % )	CIRCA 1980 ( % )
<b>A. URBANIZAÇÃO</b>		
1. População vivendo em cidades de mais de 20.000 hab.	21	43
2. População vivendo em cidades	36	63
3. Domicílios classificados como urbanos	37	69
<b>B. ESTRUTURA OCUPACIONAL E DO EMPREGO</b>		
1. Participação na PEA total das PEAs setoriais		
a) Setor primário	60	30
b) Setor secundário (indústria de transformação, construção civil e outras ativ. ind.)	14	24
b.1) Ind. de Transformação	9.4	16
<b>C. ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL</b> (Valor da produção em Cr\$, 1970)		
1. Bens não-duráveis de consumo	73	34
2. Bens duráveis de consumo	2.5	14
3. Bens de capital	4.3	15
<b>D. EXPORTAÇÕES</b>		
1. Café	60	13
2. Produtos industrializados	--	57

FONTE:

\_SERRA, 1981 e FARIA, 1981

TABELA XIII\_ TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL  
 DE DEZ ANOS E MAIS DA POPULAÇÃO URBANA E  
 DO EMPREGO NOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO  
 ( 1950 - 1980 )

SETORES	Taxas geométricas anuais de crescimento			
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1950-1980
POPULAÇÃO				
Total				2.86
De 10 anos e mais	2.94	3.04	2.96	2.98
Urbana	6.31	5.77	4.83	5.64
EMPREGO				
Total de emprego	2.89	2.65	4.01	3.18
Secundário	1.93	6.06	7.26	5.06
Ind. transf.	1.98	5.19	7.78	4.95
TERCIÁRIO	5.43	4.02	6.00	3.18
Serviços pessoais	5.45	2.62	6.09	4.71
Serviços sociais	4.88	6.22	6.11	5.74
Total do emprego urb.	4.31	4.63	6.42	5.12

FONTE:

Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

TABELA XIV\_ INDIVÍDUOS OCUPADOS (EM %), POR FAIXA DE RENDA NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SÃO PAULO

Posição na ocupação principal	TOTAL	Renda na ocupação principal (em S.M.)					
		até 0,5	0,5a1	1a2	2a3	3a5	>5
empregado	79,7	36,5	69,8	86,5	85,1	80,6	73,0
empregado doméstico	4,4	25,7	20,7	5,3	1,0	0,1	0,0
autônomo	11,4	17,5	8,6	7,4	12,3	15,1	13,1
empregador	3,3	1,3	0,2	0,3	1,1	3,3	11,5
profis. liberal	0,6	0,2	0,0	0,0	0,1	0,4	2,2
não remun.	0,4	16,6	-	-	-	-	-
sem declarar	0,7	2,2	0,6	0,4	0,3	0,3	0,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

BECIEE

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL	Renda na ocupação principal (em S.M.)					
		até 0,5	0,5a1	1a2	2a3	3a5	>5
empregado	73,3	32,6	79,7	83,1	79,4	75,5	73,4
empregado doméstico	5,58	30,9	5,1	0,5	0,1	0,0	0,0
autônomo	17,92	32,3	15,1	15,8	18,6	18,9	11,0
empregador prof. lib.	2,66	0,2	0,1	0,5	1,9	5,6	15,0
não remun.	0,52	3,9	-	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - Tabulações especiais do Censo Demográfico - 1980.

TABELA XV\_ INDIVÍDUOS OCUPADOS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL.  
SÃO PAULO

RAMO DE ATIVIDADE	TOTAL	Posição na ocupação Principal							
		A	B	C	D	E	F	G	
Atividades Primárias	0,6	0,4	0	1,1	1,7	0	7,3	0,7	
Indústria de Transf.	38,0	47,0	0	4,1	29,1	0	9,1	17,8	
Indústria de Constr.	6,4	5,2	0	19,4	4,7	0	3,7	3,4	
Outras atv. industr.	1,0	1,3	0	0	0,1	0	0,1	0,4	
Comércio de Mercad.	11,9	10,1	0	26,1	28,7	0	36,4	5,6	
Transporte e Comunic.	5,1	5,1	0	9,9	1,9	0	0,9	2,3	
Prestação de Serviço	20,9	11,8	100,0	34,8	26,6	58,7	31,2	21,2	
Atividades Sociais	7,2	8,4	0	1,7	3,4	41,3	10,1	5,4	
Administ. Pública	3,3	4,3	0	0	0	0	0,1	0,5	
Ativ. Fin. e Imobil.	5,1	6,2	0	2,2	2,1	0	0,7	3,1	
Outras Atividades	0,6	0,2	0	0,7	1,7	0	0,4	39,5	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	





TABELA XVI\_ RENDA MÉDIA NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (EM S.M.) POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL. SÃO PAULO

RAMO DE ATIVIDADE	TOTAL	Posição na ocupação Principal						
		A	B	C	D	E	F	G
Atividades Primárias	6,06	2,93	0	6,27	29,12	0	0	1,68
Indústria de Transf.	4,22	3,95	0	3,92	15,17	0	0	3,00
Indústria de Constr.	3,54	3,40	0	2,98	15,47	0	0	2,72
Outras atv industriais	5,03	5,84	0	3,63	11,14	0	0	3,44
Comércio de Mercad.	4,19	3,04	0	5,19	11,51	0	0	2,51
Transporte e Comunic.	4,44	3,95	0	5,64	15,45	0	0	3,68
Prestação de Serviço	3,28	3,37	1,08	4,24	11,47	13,4	0	1,55
Atividades Sociais	4,80	4,25	0	4,64	16,27	16,05	0	4,26
Administ. Pública	4,98	4,98	0	12,1	24,34	0	0	6,87
Ativ. Fin. e Imobili.	5,64	5,28	0	8,71	20,18	0	0	4,70
Outras Atividade	3,15	3,17	0	7,07	12,54	0	0	0,29
TOTAL	4,15	3,93	1,08	4,52	13,49	14,49	0	1,70

REGIÃO

RAMO DE ATIVIDADE	TOTAL	Posição na ocupação Principal				
		A	B	C	D	E
Agropecu.	2,30	1,38	0,00	1,46	16,33	0,00
Indústria de Transf.	2,57	2,34	0,00	1,82	13,04	0,00
Indústria de Constr.	2,06	1,90	0,00	1,68	13,93	0,00
Outras atv. industria	4,31	4,83	0,00	0,67	3,34	0,00
Comércio	2,55	2,04	0,00	2,32	11,48	0,00
Transporte e Comunic.	2,93	2,60	0,00	3,57	13,38	0,00
Prestação de Serviç.	1,53	1,91	0,45	1,65	10,58	9,48
Atividades Sociais	3,29	3,09	0,00	1,57	13,91	10,22
Adiminist. Pública	4,18	4,18	0,00	11,93	6,15	0,00
Ativ. Fin. e Imobil.	5,38	5,13	0,00	6,99	14,30	0,00
Outras Atividades	2,59	1,61	0,00	1,96	16,49	0,00
TOTAL	2,60	2,69	0,45	2,10	12,34	9,75

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1980.

LEGENDA

- A: empregado                      B: empregado doméstico  
 C: autônomo                      D: empregador  
 E: profissional liberal          F: não remunerado  
 G: sem declaração

## BIBLIOGRAFIA

LEWIS, W. Arthur- O desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra. in: A economia do subdesenvolvimento - Org.: Agrala, A. N. e Singer, S.P. - Rio de Janeiro, Ed. Forense.

PREBISH, Raul- Interpretação do processo de desenvolvimento Econômico ( Estudio Economico de La Cepal-1949- Parte 1). Revista Brasileira de Economia. número 1, ano 5, março, 1951.

MELLO, João Manuel Cardoso de- O capitalismo tardio. edição 6. S.P., Ed. Brasiliense. 1982.

PINTO, Aníbal- Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente. in.: América Latina- Ensaio de Interpretação Econômica. Coord.: Serra, José. S.P., Paz e Terra.

TAVARES, Maria da Conceição - Na Substituição das Importações ao Capital Financeiro. edição 11. Rio de Janeiro, Zahar. Col.: Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil.

TAVARES, Maria da Conceição- Problemas de Industrialización Avanzada En Capitalismos Tardios Y Perifericos. Este documento foi apresentado para o Seminário sobre "Políticas para el Desarrollo Latinoamericano", Organizado por el Centro de Capacitación para el Desarrollo (CECADE) da Secretaría de Propagación y Presupuesto del Gobierno de México, entre setembro de 1980 e junho de 1981. (MIMED).

FURTADO, Celso- Um Erro para o Brasil. Rio de Janeiro, Casa, Parte 1.

FAJNZYLBER, Fernando- La Industrialización Tercera de América Latina. México, Nueva Imagen, capítulo III. (MIMEO).

SOUZA, Paulo Renato da Costa. A determinação dos salários e da empresa nas economias atrasadas. Campinas, 1980, Tese de Doutorado, IFCH, DEPE, UNICAMP. (MIMEO).

SOUZA, Paulo Renato da Costa. Empresa Salário e Pobreza - edição 1. S.P., HUNCITEC, 1980.

SOUZA, Paulo Renato da Costa. Os imprevistos atuais da Políticas de Empresa e Salário - in.: Desenvolvimento Capitalista no Brasil número 2. edição 2, 1983. Ed. Brasiliense.

FARIA, Vilmar. Mudanças na Composição de Empresa e na Estrutura das Ocupações. in.: A Transição Incompleta. Org. Bacha, Edgar e Klein, Herbert S.. Rio de Janeiro, 1984. Paz e Terra.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Empresa. A experiência brasileira nos últimos 20 anos. in.: Sociedade e Política no Brasil pós 64. Org.: Sorg, Bernardo e Almeida, Maria Herminia Tavares. S.P., 1983 Ed. Brasiliense.

O Mercado de Trabalho Brasileiro: Estrutura e Conjuntura. Publicação do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Abril, 1987.

Quarterly Labour Force Statistics - Publicado por: OECD Department of Economics and Statistics. Number 1, 1989, pag. 82.

PORTUGAL, José Geraldo Jr. - Crescimento Acelerado e Ecoria

de Trabalho no Brasil- Tese de Mestrado. Mimeo.

"Situação da Pobreza no Brasil: Principais causas e alternativas de políticas corretivas. Relatório Final. Mimeo. Convênio FECAMP/UNICAMP.

WERNECK, Dorothea. Emprego e Salário na Indústria de Construção Civil. Rio de Janeiro, 1978. Relatório de Pesquisa número 40, IPEA/INPES.